

**BB LEASING**

C.G.C. 31.546.476/0001-56



Ministério da Fazenda

Ata da Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas realizada aos vinte e oito de setembro de mil novecentos e noventa e cinco

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e noventa e cinco, às quinze horas, realizou-se, em primeira convocação, Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas da BB-Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, na Sede Social da Empresa, em Brasília (DF), tendo comparecido o Banco do Brasil S.A., seu único acionista, representado por seu Presidente, Dr. Paulo César Ximenes Alves Ferreira, o qual assinou o "Livro de Presença", observadas as prescrições legais. O Dr. Paulo César Ximenes Alves Ferreira, também Diretor-Presidente da BB-Leasing, ao instalar a Assembléia, convidou o Sr. Manoel Pinto de Souza Júnior para servir como Secretário. Registrou, também, a presença do Dr. Claudiano Manoel de Albuquerque (Presidente), representando o Conselho Fiscal. Aberta a Assembléia, o Dr. Paulo César Ximenes Alves Ferreira, representante do Banco do Brasil S.A. e Presidente da Assembléia, esclareceu que os assuntos da pauta a considerar eram: deliberar sobre a emissão e distribuição pública e condições de remuneração da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações e estabelecer as demais condições e características das debêntures e da distribuição pública. Assim, o Sr. Presidente deu por aprovadas as seguintes matérias:

I - EMISSÃO DE DEBÊNTURES:

A 2ª Emissão de Debêntures, para distribuição pública, observará as seguintes condições e características básicas, que deverão constar da respectiva Escritura de Emissão: 1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários: a emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na forma das leis no. 6385, de 7 de dezembro de mil novecentos e setenta e seis, e 6.404, de 15 de dezembro de mil novecentos e setenta e seis, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes. 2. Arquivamento da Ata da Assembléia Geral Extraordinária: a presente Ata será arquivada na Junta Comercial de Brasília, Distrito Federal. 3. Registro da Escritura de Emissão: a escritura de emissão, por instrumento particular, será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis do Distrito Federal. 4. Séries: a emissão será efetuada em série única. 5. Forma: as debêntures serão da forma nominativas não endossáveis e não conversíveis em ações. 6. Espécie: as debêntures serão da espécie subordinada, preferindo apenas aos acionistas em caso de liquidação da emissora. 7. Valor Total da Emissão: o valor total da emissão será de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), na data da emissão. 8. Quantidade de Títulos: serão emitidas 10.000 (dez mil) debêntures simples. 9. Valor Nominal: o valor nominal de cada debênture será de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). 10. Data de Emissão: para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures será o dia 1º de outubro de 1995. 11. Vencimento: as debêntures da 2ª Emissão, serão amortizadas em 36 parcelas mensais e vencerão com a liquidação da última parcela. 12. Atualização Monetária: o valor nominal das debêntures não sofrerá incidência de correção monetária por qualquer índice de preços. 13. Base de Remuneração: as debêntures da 2ª emissão farão jus a remuneração de acordo com a TR - Taxa Referencial, data base dia 01, oficialmente divulgada, a partir da data de emissão até as datas das respectivas amortizações. 13.1 O valor da remuneração correspondente à aplicação da TR será capitalizado e acrescido ao valor nominal das debêntures e o valor assim obtido será considerado o principal das debêntures ou Base de Remuneração para fins de cálculo de qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão, inclusive para efeito de pagamento das amortizações programadas, da recompra ou do resgate das debêntures. 13.2 No caso de extinção da TR, ou pela superveniência de normas legais ou regulamentares, esta não poderá ser utilizada como parâmetro de remuneração nas emissões de debêntures, será aplicável à presente emissão, em sua substituição, o Fator de Juros calculado com base na TAXA ANBID referente ao primeiro dia útil do mês, diminuída (descapitalizada) do último redutor utilizado no cálculo da TR, vigente à época de sua extinção. O Fator de Juros retromencionado não poderá ser inferior a 0% e será obtido através de fórmula prevista na escritura de emissão. 13.3 Entende-se como TAXA ANBID as taxas divulgadas pela ANBID para depósitos bancários a prazo do tipo mais negociado. 13.4 No caso de obrigações que se devam liquidar em datas que não coincidam com o 1º dia útil do mês deverá ser utilizada a TR data base dia 01, pró-rateada por dias úteis desde o 1º dia útil do mês até o dia da obrigação. 13.5 Se na data do vencimento da obrigação a TR a ser aplicada não estiver disponível para o cálculo, este poderá ser efetuado pela taxa aplicada à obrigação do mês imediatamente anterior. A diferença apurada quando da disponibilidade da TR, acrescida dos encargos convenencionados para a operação, será paga na data da apuração ou juntamente com o pagamento da obrigação subsequente. 14. Juros Remuneratórios: sobre o valor nominal das debêntures serão conferidos juros nominais à taxa de 0,949% (novecentos e quarenta e nove milésimos por cento) ao mês, correspondendo à taxa de 12% (doze por cento) efetiva ao ano, considerando o ano de 360 (trezentos e sessenta) dias, calculados a partir da data de emissão, e pagáveis, mensalmente, juntamente com as amortizações programadas. 15. Amortização Programada: as debêntures da 2ª emissão serão amortizadas, de acordo com o sistema PRICE, em 36 (trinta e seis) parcelas, observadas as seguintes condições: 15.1 a 1ª (primeira) amortização será feita no 1º dia do 2º (segundo) mês subsequente ao mês do início da distribuição pública; 15.2 as demais amortizações deverão ocorrer sempre no 1º (primeiro) dia de cada mês de calendário subsequente ao da 1ª amortização; 15.3 as amortizações previstas neste item serão efetuadas de acordo com fórmula a ser constante da escritura de emissão. 16. Subscrição e Integralização: as debêntures serão subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de colocação, e serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, pelo seu valor nominal acrescido da Base de Remuneração - TR acumulada e de juros, calculados "pro-rata-temporis" da data de emissão até a data de integralização, deduzidas as parcelas do principal já amortizadas ou pagas pela companhia. 17. Negociação: a emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do Sistema Nacional de Debêntures - SND, administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto - ANDIMA e operacionalizada pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº. 56/88. 18. Juros Moratórios: ocorrendo impositividade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos à incidência da remuneração pactuada para as debêntures, bem como a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial. 19. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias nas datas previstas como dos respectivos vencimentos, não lhe dará o direito ao recebimento de rendimentos no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do vencimento. 20. Resgate Antecipado Facultativo: a emissora reserva-se o direito de, a qualquer tempo, por deliberação da Assembléia Geral, promover o resgate antecipado das debêntures em circulação, mediante o pagamento da parcela não amortizada do principal a que fizerem jus as debêntures, até a data do resgate, devendo publicar o aviso específico com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. O resgate poderá ser total ou parcial, nesta última hipótese mediante sorteio. 21. Aquisição Facultativa: a emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação, por preço não superior ao valor não amortizado do principal das debêntures observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76. 22. Publicidade: todos os atos e decisões das partes envolvidas que, de qualquer forma, afetem os interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de avisos, no jornal Gazeta Mercantil em São Paulo - SP em prazos tais que permitam aos debenturistas o adequado acompanhamento das ocorrências na vida das debêntures. 23. Local de Pagamento: os pagamentos referentes ao principal e rendimentos, a que fazem jus as debêntures desta emissão, serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pelo CETIP, ou na sede da Sociedade, na hipótese do debenturista não estar vinculado a este sistema, ou ainda, em Instituição Financeira contratada para tal fim. 24. Prorrogação dos Prazos: considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos. 25. Vencimento Antecipado: o AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento pela emissora da parcela não amortizada do principal e dos rendimentos a que fizerem jus as debêntures em circulação, na ocorrência dos seguintes eventos: a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a emissora; b) pedido de concordata preventiva formulada pela emissora; c) decretação de falência da emissora; d) falta de cumprimento pela emissora de qualquer obrigação prevista nesta escritura, não sanada em 15 (quinze) dias, contados do aviso escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO; ou e) vencimento antecipado da obrigação devida da emissora, em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da emissora, prevista na escritura de emissão.

II - DO LANÇAMENTO:

O lançamento das debêntures será público, mediante intervenção de instituições financeiras, após autorização do Banco Central do Brasil e concessão do competente registro pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80. Fica, desde já, autorizado o Conselho Diretor a contratar instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para a colocação pública das debêntures e prestação de outros serviços pertinentes à negociação dos títulos, assim como adotar junto aos órgãos governamentais, autarquias e outras instituições privadas, as providências que se fizerem necessárias à efetivação das operações aprovadas nesta Assembléia.

III - DOS CERTIFICADOS DAS DEBÊNTURES:

Os certificados das debêntures, se solicitados, serão entregues aos debenturistas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a solicitação.

IV - DELEGAÇÃO:

Fica o Conselho Diretor, com referências às deliberações tomadas nesta Assembléia Geral Extraordinária, com poderes para deliberar sobre as matérias previstas nos incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, podendo com base no exercício dessa competência delegada, formalizar os necessários aditamentos e ajustes à escritura da 2ª Emissão de Debêntures. E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos da Assembléia Geral de Acionistas da BB-Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, da qual eu, ass.) Manoel Pinto de Souza Júnior, Secretário, mandei lavrar esta ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada. Ass.) Paulo César Ximenes Alves Ferreira, Representante do Banco do Brasil S.A., Diretor-Presidente da BB-Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil e Presidente da Assembléia. ESTE DOCUMENTO É CÓPIA FIEL TRANSCRITA DO LIVRO PRÓPRIO. JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL. REG. SOB. Nº 5317865,5, OCT 6 1995. CERTIDÃO: Certifico que por despacho do Presidente da Junta, fica arquivado e registrado sob número e data estampados mecanicamente. Ass.) Paulo Henrique Gomes da Cruz - Secretário-Geral.